FH se arruma para a campanha

■ Presidente quer ampliar base da aliança, mesmo que fique mais em Brasília do que nos palanques dos candidatos a governador

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso quer ampliar ao máximo a base de aliança para a reeleição de 1998, não se opõe à proposta de um Congresso Revisor e está decidido a criar o Fundo de Ativos, estimado em R$ 200 bilhões, para financiar a conta de aposentadoria do setor público. Esse fundo terá o aporte dos ativos da União, inclusive as receitas da privatização das telecomunicações, energia elétrica e demais áreas, conforme antecipou o **JORNAL DO BRASIL**, na edição de ontem.

Essas três questões compõem boa parte da agenda política e econômica do governo para este e para o próximo ano, quando a campanha eleitoral demandará mais do que a já conquistada estabilidade econômica. Hoje, o presidente define o seu governo como uma mistura de Campos Salles e Juscelino Kubitschek. "Não fui duro nem fiz recessão, como Campos Salles", sublinha Fernando Henrique. Mas também não entrou na fase desenvolvimentista de JK. Nesse meio termo, contudo, ele ressalta: o Real foi o primeiro plano de estabilização que não trouxe recessão nem desemprego — as taxas de desemprego no país, hoje, não são muito maiores do que antes do plano.

Numa eventual segunda etapa de governo, porém, a moeda estável é pouco. A sociedade quer mais e estabilidade deve ser entendida como conceito mais amplo: um país estável, com regras do jogo claras e sem solavancos. Será preciso avançar e, para o presidente, isso representa mudar a "face da sociedade para um perfil mais justo".

Obviamente, justiça social não é bandeira suficiente para embalar uma campanha presidencial. A próxima tarefa será transformar essa retórica em propostas concretas. O Real, ao distribuir a renda, permitiu que as pessoas mais pobres começassem a comer melhor. "Agora, elas querem comprar eletrodomésticos e amanhã vão querer ter casa própria", disse.

Congresso Revisor — O presidente responde a essa proposta com um comentário esperado:" Se eu defender um Congresso Revisor os parlamentares param imediatamente de votar as reformas da Previdência Social e a Administrativa, e não abro mão delas". Ele diz que tem dúvidas sobre a instauração de um Congresso Revisor, que seria aprovado em plebiscito, junto com as eleições de 3 de outubro do ano que vem.

Essa é uma saída para mudar a Constituição de forma mais rápida e com menor quórum, a partir de 1999, está na base das discussões dos partidos aliados e é vista com simpatia em áreas importantes do governo, conforme adiantou o **JORNAL DO BRASIL**. Embora admita que existem obstáculos, o presidente deixa claro que não rejeita a idéia. "Não me oponho à ela", afirma, mas salienta que preferiria mudar o regimento do Congresso.

As dúvidas de Fernando Henrique são de ordem política, filosófica e jurídica. Primeiro, apontar a possibilidade de um Congresso Revisor, que teria condições de aprovar reformas constitucionais por maioria absoluta, implica aceitar parar tudo agora, além de assumir o risco da redução do quórum, de três quintos (3/5) para maioria absoluta, favorecendo os adversários. Segundo: o país precisa de uma Constituição estável. E, no aspecto jurídico, paira a incerteza quanto à maneira como o Supremo Tribunal Federal iria encarar essa iniciativa, na medida que o artigo nº 3 das Disposições Transitórias da Constituição abriu a porta para apenas uma revisão, em 1993. Fernando Henrique também não quer recolocar a discussão sobre o parlamentarismo, porque entende que poderia ser interpretado como um golpe por um terceiro mandato.

Palanques — Para Fernando Henrique, será difícil subir em uma série de palanques na campanha eleitoral do ano que vem, pelas divisões, nos estados, dos partidos aliados no plano federal. "Na eleição passada, fui mais votado em lugares que não fui", lembra. Talvez, admite, ele tenha que fazer campanha mais de Brasília do que dos palanques dos candidatos a governadores dos estados.

O encontro com o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, num jantar no Palácio Alvorada, segunda feira passada, causou enorme mal estar no PSDB, partido do presidente. Para Fernando Henrique, porém, foi algo absolutamente normal e que não implicou em nenhum tipo de pacto político,do tipo Maluf apoiar a sua reeleição e ele ficar neutro na disputa do governo paulista.

Também não admite que tenha entrado no jogo de negociações obscuras para obter a aprovação de projetos de interesse do governo no Congresso. Negociações políticas são feitas, sim; balcão, não. O presidente sabe que sua imagem ficou arranhada no episódio da denúncia de compra de votos envolvendo parlamentares do Norte. Mas assinala que jamais ele ou seu ministro das Comunicações, Sérgio Motta, participaram de acertos desse tipo. A queda de popularidade detectada nas pesquisas representa a "coisa confusa" que ficou na cabeça das pessoas, diante dos fatos. Isso, somado as resistências à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, acabou derrubando os índices de apoio da população ao seu governo.

Brasília — Josemar Gonçalves

Fernando Henrique acha seu governo mistura de Campos Salles e Juscelino Kubitschek: sem recessão e com desenvolvimento